GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE – SETRE

PUBLICADO NO D. O. E.
EM 27 / 02 / 2019
GABINETE / SETRE

CONTRATO Nº004 /2019

Modalidade de Licitação	Número
Dispensa de licitação	001/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE – SETRE, E A COOPERATIVA DE CATADORES RECICLA CONQUISTA.

O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE – SETRE**, com sede na Avenida Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, nº200, Centro Administrativo da Bahia – CAB, nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.123/0001-03 doravante denominada de **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Secretário de Estado Dr. **DAVIDSON DE MAGALHÃES SANTOS** inscrito no CPF/MF nº 182.817.025-91, RG nº 0138746834, SSP/BA, autorizado pelo Decreto Governamental de 08/02/2019 e publicado no DOE de 09/02/2019, e a **COOPERATIVA DE CATADORES RECICLA CONQUISTA**, doravante denominada de **CONTRATADA**, com sede na Avenida Juracy Magalhães, nº 2790, quadra 26, lote 46 c, Jardim Guanabara, CEP nº 45000-000, Vitória da Conquista, Bahia, CNPJ/MF nº 07.255.750/0001-53, neste ato representada pelo seu presidente **SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS**, brasileira, portadora do R.G. n º 11.174.432-64, SSP/BA e do CPF n.º 018.699.595-40, celebram o presente Contrato, conforme Dispensa de Licitação nº001 /2019, autorizada em 26 /02 /2019 e publicada no DOE em 27 /02 /2019, nos termos do Processo Administrativo SEI 021.2129.2019.0000290-13, com fulcro no art. 24, inciso XXVII, da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei federal nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente a prestação de serviços de **COLETA SELETIVA NO CIRCUITO BARRA/ ONDINA – NO CARNAVAL DE SALVADOR,** de acordo com as especificações constantes do ANEXO I - Termo de Referência, com as condições previstas neste contrato e na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

§1º A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma do §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

§2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

§3º É vedada a subcontratação do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

§4º Os serviços objeto deste contrato não podem sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por profissionais da CONTRATADA, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo de vigência do contrato, a contar da data da sua assinatura, será de **4 meses**, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do art. 57 §§1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Para a execução dos serviços previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia de **R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).**

Parágrafo Único - Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	UNIDADE ORCMENTÁRIA
21.101.0007 SESOL	0.128	5914	33.90.39.00	3.21.101-APG
27.101.0001 SEMA	0.100	5477	33.90.39.00	3.27.101 - SEMA

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

Em consonância com o art. 5º combinado com a alínea "a" do inc. XIV do art. 40 da Lei federal nº 8.666/93, os pagamentos devidos à contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, **em parcela única**, no prazo não superior a 30(trinta) dias, contados da data de verificação do adimplemento de cada parcela.

§1º As situações a que alude o art. 228-B do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.284/97, sujeitar-se-ão, nas hipóteses previstas, à emissão de nota fiscal eletrônica.

§2º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.

§3º A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

§4º O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos na execução dos serviços ocorridos no mês, com base no valor do preço vigente.

§5º As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a prestação do serviço, no mês anterior à realização dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

Os preços são fixos e irreajustáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento, será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE.

Parágrafo Único - A revisão de preços dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA,** além das condições contidas no Anexo I, na proposta de preço, e aquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

a) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução dos serviços, inclusive para atendimento de emergência, bem como para zelar pela prestação contínua e ininterrupta dos serviços, bem como, dentre os que permaneçam no local do trabalho, um que será o responsável pelo bom andamento dos serviços e que possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

b) executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as especificações ou recomendações efetuadas pelo CONTRATANTE;

c) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;

d) zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;

e) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;

f) atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;

g) respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes no CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;

h) reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo que for determinado, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando as instalações na mais perfeita condição de funcionamento;

i) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em conseqüência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

j) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

k) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;

l) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados;

m) adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato.

n) fazer constar, obrigatoriamente, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, livros, relatórios, vídeos, cd-room, internet e outros meios de divulgação, a marca oficial da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte e do Programa Vida Melhor, bem como identificação do Governo Federal, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES (conforme Manual de Uso da Marca e Assinaturas Publicitárias do Governo Federal, disponível no site www.planalto.gov.br), concedendo a todas as marcas, inclusive a do contratado, o mesmo destaque.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE,** além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

a) fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;

b) realizar o pagamento pela execução do contrato;

c) proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA NONA - REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato será o de empreitada por **preço global.**

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá à CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

§1º O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade CONTRATANTE, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

§2º O recebimento definitivo de obras, compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

§3º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

A CONTRATADA responderá administrativamente pela qualidade e eficiência da execução integral do contrato.

§1º A verificação, durante a realização do contrato, de quaisquer falhas que importem em prejuízo à Administração ou terceiros, serão consideradas como inexecução parcial do contrato.

§2º Será a CONTRATADA responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução do contrato que vierem a acarretar prejuízos ao Estado da Bahia, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei.

§3º Com fundamento nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, cujos percentuais estão definidos neste instrumento convocatório;

III - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **licitante** ressarcir o Estado da Bahia pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

§4º As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação com a Administração e impedimento de licitar e contratar com a Administração e poderão ser descontadas do pagamento a ser efetuado.

§5º Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, alem de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei.

§6º A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de

10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subseqüente ao trigésimo.

§7º A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§8º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

§9º A sanção de multa não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§10º Será advertido verbalmente o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo a autoridade competente determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

§11º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei federal nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais (art. 7º da Lei federal nº 10.520/02).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

§1º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

§2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 78 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo de inexigibilidade de licitação referido no preâmbulo deste instrumento, e na proposta apresentada pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

As partes elegem o Foro da Cidade de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador, 26 de 02 de 2019.

DAVIDSON DE MAGALHÃES SANTOS
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE DO ESTADO DA BAHIA

Solange Pereira dos Santos
SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS
COOPERATIVA DE CATADORES RECICLA CONQUISTA

TESTEMUNHAS:

NOME/CPF: 022 384 225 -02

JAILSON OLIVEIRA DA SILVA
NOME/CPF: 031 655 685 88

CNPJ - 04.616.9120001-43
Valor: R$ 17.000,00
Objeto: Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva em Veículo Automotor com reposição de peças para atender os veículos da Base Eunápolis e Núcleo Extremo Sul Inciso II Lei 9.433/05.
Liziane Bomfim da Silva
Coordenadora do NRS/Extremo Sul

HOSPITAL GERAL ROBERTO SANTOS - RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO TIPO II nº 050/18 - CONTRATANTE: HGRS - CONTRATADA: AJAX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Serviço de confecção e instalação de 6,96 m² de portão em ferro redondo 5/8" medindo 3,00 x 2,40, com 02 partes fixas, sendo 01 (uma) 60 x 2,40 e a outra 1,20 x 2,40 e um portão de 1,20 x 2,20, pintura em zarcão com acabamento na cor azul para fechamento da rampa que dá acesso à Emergência Pediátrica, confecção e montagem de 01 (um) portão de ferro medindo 1,50 x 2,10, estruturado em ferro redondo 1/2" com pintura em zarcão e pintura final em esmalte sintético, localizado no Almoxarifado da Farmácia Central que dá acesso à Lavanderia, confecção e montagem de 13,71 m² de estrutura metálica em tubo de ferro galvanizado com pintura em zarcão localizado na área da nova passagem de acesso a antiga caldeira, confecção e montagem de 01 (um) portão em tubo de ferro medindo 0,90 x 2,00 com pintura final em azul para nova entrada de aceso a caldeira e recuperação de toda tubulação de ferro galvanizada, substituindo tubo de 1" e de 1/2" danificados, com pintura em zarcão localizado na área do setor de Transporte, com fornecimento de todos materiais, conforme APS nº 19.076.00070/2018, VALOR R$: 11.213,50 (Onze mil e duzentos e treze reais e cinquenta centavos) amparo legal: Art. 24 inciso II da lei 8.666/93, combinado com Art 2º do decreto 2.320 de 19 de julho de 1993 - LID: nº 2173-3 - DATA: 26/02/2019. Dr. José Admirço Lima Filho. DIRETOR GERAL/ HGRS.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Dispensa de licitação nº 004/2019. Processo 020.4493.2019.0000875-39. Partes: Estado da Bahia por intermédio da Secretaria da Segurança Pública e a empresa Companhia de Seguros Aliança do Brasil. Objeto: contratação de seguro de acidente pessoal para 45 (quarenta e cinco) estagiários. Valor Global: R$ 715,80 (Setecentos e quinze reais e oitenta centavos). Prazo: de Vigência 12 (doze) meses, período de 1706/2019 à 16/06/2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE TELECOMUNICAÇÕES - STELECOM

INDENIZAÇÃO Nº 002/2019
PROCESSO Nº 020.9631.2019.0001220-33
EXTRATO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS.
PARTES: O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E A EMPRESA W MENDES COMÉRCIO ASSISTÊNCIA TÉCNICA E LOCAÇÃO ELET. LTDA
OBJETO: O ESTADO DA BAHIA RECONHECE QUE A EMPRESA W MENDES COMÉRCIO ASSISTÊNCIA TÉCNICA E LOCAÇÃO ELET. LTDA PRESTOU O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR COM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EM SALVADOR E NA REGIÃO METROPOLITANA, NO MÊS DE JANEIRO DE 2019, MENCIONADO NA FATURA 2019847.
VALOR TOTAL DA QUITAÇÃO DE DÉBITOS: R$ 1.433,07 (hum mil, quatrocentos e trinta e três reais e sete centavos)
PRAZO PARA PAGAMENTO: 30 (TRINTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.
DATA DE ASSINATURA: 25/02/2019.

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE

RESUMO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019. Processo SEI nº 021.2129.2019.0000216-24. Contratante: Estado da Bahia/SETRE e Contratada: Cooperativa de Coleta Seletiva, Trabalho, Produção e Proteção Ambiental - CAMAPET. Objeto: Prestação de serviços de apoio aos catadores/as de materiais recicláveis no CIRCUITO BARRA/ONDINA - CIRCUITO DODÔ/ CAMPO GRANDE - CARNAVAL DE BAIRRO/NORDESTE DE AMARALINA NO CARNAVAL DE SALVADOR 2019 de acordo com as especificações constantes do ANEXO I - Termo de Referência. Prazo de Vigência: será de 04 (quatro) meses a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 414.469,98 (quatrocentos e quatorze mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	Projeto / Atividade	Elemento de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101 - APG	0.128	5914	33.90.39.00	21.101.0007- SESOL
3.27.101 - SEMA	0.100	5477	33.90.39.00	27.101.0001- SEMA

Fundamentação Legal: Parecer PGE 000671/2019, com fulcro no art. 24, inciso XXVII da Lei Federal nº 8.666/93. Autorização: Davidson de Magalhães Santos - Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, em 26 de fevereiro de 2019.

RESUMO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 001/2019. Processo SEI n. 021.2129.2019.0000290-13. Contratante: Estado da Bahia/SETRE e Contratada: Cooperativa de Catadores Recicla Conquista. Objeto: Prestação de serviço de apoio aos catadores/as de materiais recicláveis no CIRCUITO BARRA/ONDINA, NO CARNAVAL DE SALVADOR 2019, de acordo com as especificações constantes do ANEXO I - Termo de Referência. Prazo de Vigência: será de 04 (quatro) meses a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	Projeto / Atividade	Natureza de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101 - APG	0.128	5914	33.90.39.00	21.101.0007-SESOL
3.27.101 - SEMA	0.100	5477	33.90.39.00	27.101.0001-SEMA

Fundamentação Legal: Parecer PGE 000672/2019, com fulcro no art. 24, inciso XXVII da Lei Federal n. 8.666/93. Autorização: Davidson de Magalhães Santos - Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, em 26 de fevereiro de 2019.

OUTROS EXPEDIENTES

CASA CIVIL

Empresa Gráfica da Bahia - EGBA

COMUNICADO DE SUSPENSÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2019 - EGBA
BB Nº 755688
A Pregoeira da Empresa Gráfica da Bahia - EGBA comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto é a Contratação de serviços técnicos especializados continuados de manutenção preventiva e corretiva, com alocação de mão-de-obra e ferramentas, planejamento e controle da manutenção com fornecimento de solução informatizada e reposição/recuperação de peças (este último sob demanda), que a sessão de abertura fica suspensa, até ulterior deliberação, em razão de impugnação apresentada pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais, terceiro interessado na disputa, cuja assunto está sob consulta do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA- BA. Salvador-Ba, 26 de fevereiro de 2019 - Mª Anunciada S. Sampaio - Pregoeira

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

RESUMO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS.
Processo SEI nº: 009.0281.2019.0001083-47. O Estado da Bahia, através da Secretaria da Administração, reconhece que é devido a Empresa Produs - Produtos e Soluções para Informática Ltda o valor total de R$ 17.691,22 (dezessete mil, seiscentos e noventa e um reais e vinte e dois centavos), em razão da prestação do Serviço Gerenciado e Integrado para Suporte em 1º e 2º Níveis, referente ao período de 12 a 30/11/2018, conforme nota fiscal nº 00002732. **Unidade Orçamentária**: 09.101; **Unidade Gestora**: 0002; **Ação**: 04.126.502.2002; **Natureza da Despesa**: 3.3.90.92; **Destinação de Recurso**: 0.100.000000; **Assinatura**: 26.02.2019.

RESUMO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS.
Processo SEI nº: 009.0178.2019.0006058-46. O Estado da Bahia, através da Secretaria da Administração, reconhece que é devido a Empresa Telemar Norte e Leste S/A o valor total de R$ 47.087,84 (quarenta e sete mil, oitenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), em razão da prestação do serviço de telefonia fixa comutada (modalidade local) para o Call Center da Rede SAC, no mês de janeiro/2019, conforme fatura nº 1600198783856. **Unidade Orçamentária**: 09.801; **Unidade Gestora**: 0001; **Ação**: 04.122.218.4514; **Natureza da Despesa**: 3.3.90.39; **Destinação de Recurso**: 0.100.000000. **Assinatura**: 26.02.2019.

RESUMO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS.
Processo SEI nº: 009.0269.2019.0002618-92. O Estado da Bahia, através da Secretaria da Administração, reconhece que é devido a Empresa Telemar Norte e Leste S/A o valor total de R$ 138.065,71 (cento e trinta e oito mil, sessenta e cinco reais e setenta e um centavos), em razão da prestação do serviço de telecomunicação de dados, no mês de janeiro/2019, conforme fatura nº 1600198798280. **Unidade Orçamentária**: 09.801; **Unidade Gestora**: 0001; **Ação**: 04.122.218.2863, 04.122.218.2864 e 04.122.218.4214; **Natureza da Despesa**: 3.3.90.40; **Destinação de Recurso**: 0.100.000000. **Assinatura**: 25.02.2019.

RESUMO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS.
Processo SEI nº: 009.0269.2018.0019885-91. O Estado da Bahia, através da Secretaria da Administração, reconhece que é devido a Empresa Telemar Norte e Leste S/A o valor total de R$ 137.277,67 (cento e trinta e sete mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos), em razão da prestação do serviço de telecomunicação de dados, no mês de dezembro/2018, conforme fatura nº 00198377133. **Unidade Orçamentária**: 09.801; **Unidade Gestora**: 0001;